



Brasil no Escuro

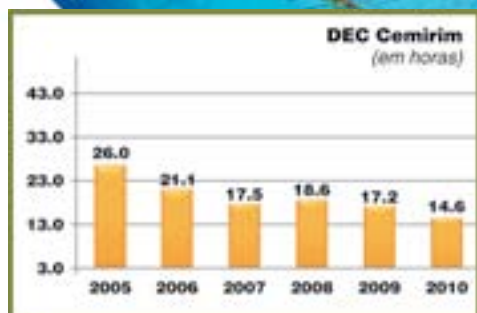
Apagões aumentaram nos últimos três anos

O número de apagões que, após a privatização do setor elétrico caiu drasticamente, voltou a piorar entre 2008 e 2011. Em escala crescente, o tempo médio das interrupções no fornecimento durante este período passou de 16 para 20 horas anuais por consumidor, bem acima dos limites tolerados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Na opinião de especialistas, a explicação para o fato está na falta de modernização e investimentos adequados

nas redes de distribuição e transmissão, causando vulnerabilidade a falhas que podem deixar grandes regiões no escuro, como em novembro de 2009, quando 18 estados foram afetados pela falta de energia.

No Nordeste, região onde a situação é considerada mais crítica em todo o Brasil, o indicador Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor (DEC) subiu de 18 para 27 horas entre 2008 e 2010. Na Cemirim, cuja preocupação com a qualidade é prioritária, o índice sofreu uma diminuição de quatro horas: de 18,6 para 14,6 horas no mesmo período.



Blecaute na Grande São Paulo

Na tarde do dia 8 de fevereiro, falhas na Subestação Bandeirantes, na zona sul da cidade, deixaram 2,5 milhões de pessoas sem energia. Foram atingidos 627 mil imóveis residenciais, comerciais e industriais. Parte de Guarulhos também sofreu com o apagão. Oficialmente, foram 30 minutos sem luz, em dois períodos - das 15h11 às 15h34 e das 16h40 às 16h46.

Nordeste à luz de velas

Na madrugada do dia 4 de fevereiro a região Nordeste ficou às escuras. Dos nove estados da região, só o Maranhão não foi atingido. A interrupção iniciou por volta de 00h10 e a energia só foi completamente restabelecida por volta das 5 da manhã. A falta de energia prejudicou 46 milhões de pessoas e dezenas de milhares de empresas.

O apagão ocorreu graças a uma falha na Subestação Luiz Gonzaga, que teve uma de suas linhas desligada por razões ainda desconhecidas derrubando outras cinco em efeito dominó.

Resposta do Governo

Dilma Rousseff não aceitou as explicações das autoridades do setor elétrico para as ocorrências. Por isso, uma fiscalização extraordinária das principais linhas de transmissão e das subestações do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi anunciada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

A fiscalização será conduzida pela Aneel, que deverá analisar de forma minuciosa os equipamentos das empresas de distribuição e transmissão e identificar as principais falhas.

O sistema de transmissão tem mais de 100 mil km de linhas. Resta saber se a Aneel terá a eficiência necessária para corrigir as falhas e evitar mais incidentes como esses.



Indústria impulsiona aumento do consumo de energia no Brasil

De acordo com informações da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica aumentou 7,8% em 2010 em comparação a 2009, passando de 388,68 mil gigawatts-hora (GWh) para 419,01 mil GWh.

O resultado se deve, principalmente, à retomada da economia em 2010, especialmente do setor industrial, após a crise econômica de 2009. Somente neste segmento o consumo cresceu 10,6% na em relação a 2009, resultado que supera até mesmo os valores de consumo do ano de 2008, antes da crise. A região Sudeste registrou o maior aumento no consumo de energia na classe industrial do período, de 13,1%.

O consumo de energia elétrica pela classe residencial aumentou 6,3% entre 2009 e 2010, para 107,16 mil GWh. Esta evolução é favorecida, especialmente pela expansão do mercado de trabalho e da oferta de crédito, que possibilita a aquisição de eletrodomésticos quem demandam carga extra de eletricidade.

Produção de energia rende R\$ 1,8 bi a municípios, estados e União

A geração de energia por usinas hidrelétricas gerou R\$ 1,889 bilhão a municípios, estados e União em 2010, 5% a mais que em 2009, segundo a Aneel. O valor refere-se à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e ao recebimento de royalties pela geração da Usina Itaipu Binacional.

A maior parte da quantia, R\$ 1,515 bilhão, foi destinada a municípios e estados e deve ser aplicada em programas de saúde, educação e segurança. Os recursos destinados à União são rateados entre a Agência Nacional de Águas (ANA), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e aos ministérios do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (MMA) e Minas e Energia (MME).



desenvolvimento agrícola

Mandioca? Só se for por quilo



Os agricultores da região de Mogi Mirim estão enfrentando problemas com a comercialização da mandioca de mesa. Atualmente o produto é vendido em caixas, com capacidades e características diferentes, gerando perdas ou para o consumidor ou para o produtor.

Visando justiça para as duas partes, os conselhos Regional e Municipal de Desenvolvimento Rural de Mogi Mirim, com apoio da CATI Regional Mogi Mirim, do Sindicato Rural de Mogi Mirim, da Casa da Agricultura de Mogi Mirim e da Cemirim lançam uma campanha de incentivo às vendas da mandioca por quilo.

Segundo o presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento rural de Mogi Mirim, Jorge Setoguchi, modificar o padrão de venda do gênero agrícola na região pode melhorar a expectativa de retorno para o produtor rural, bem como os lucros com a cultura. “Os produtores que já comercializam seu produto por quilo, além de receberem o valor total pela entrega, têm total controle sobre os custos de sua produção, logo, podem utilizar ferramentas para se tornarem ainda mais produtivos”, explica.

O Jornal Cemirim é um informativo da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim **CEMIRIM**

DIRETORIA: Presidente: Antônio Marino Brandão de Almeida - Vice-Presidente: Clairson Tagliari - Secretário: Valter Costella - Conselheiros: Roberto Diegues, Miguel Renato Esperança, Mathis Peter Hendriks e Alonso Tomas Moreno - Suplentes: Mário Bruno e Jorge Setoguchi. CONSELHO FISCAL: Lorivaldo Filipini, Antônio F. Manera e José Luiz da Cunha Claro - Suplentes: Celso Cardoso, Ângelo P. Guedes e Antônio Arruda. Rua José de Freitas, 350 (defronte à SP-340, km 165 - Rod. Campinas-Águas da Prata / Trecho Mogi Mirim-Guaçu) - CEP 13800-970 - Mogi Mirim - SP - Tel.: (Administração) (19) 3805 7900 Fax: (19) 3805 7914 - www.cemirim.com.br cemirim@cemirim.com.br - SAC 0800 772 69 95 - Projeto Gráfico, Copidesque e Editoração: LeadMart Comunicação - Campinas - SP - e-mail: leadmart@leadmart.com.br - Editora Resp.: Mariana Benedetti (MTb/SP 47252) Fotos: Stock Xchange e arquivo Cemirim - CTP - Impressão: Unigráfica.

Horário de Verão 2010/2011 registra economia menor que edição anterior

No último dia 19 de fevereiro, o Horário de Verão 2010/2011 chegou ao final, registrando uma economia no consumo de energia 8,15% menor do que a edição anterior, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Nesta última versão da medida, a redução da demanda no horário de pico em todo o Brasil foi de 2.376 MW, na anterior foi de 2.587, o que representa uma diferença negativa de 211 MW. Financeiramente, a economia foi igual nos dois períodos: R\$ 30 milhões.

Segundo o gerente do departamento de distribuição da Cemirim, José Eduardo Vieira Quintana, com a implantação do horário especial a Cooperativa obteve uma redução média da demanda no horário de pico na casa dos 4%. “A energia poupada é equivalente ao consumo de energia de um dia completo do município de Holambra”, explica o engenheiro.



Como funciona o Horário de Verão?

Adotado desde 1985, o Horário de Verão já é parte da cultura das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e alguns estados do Nordeste.

A iniciativa contribui para diminuir os riscos de uma sobrecarga de consumo em horários de pico de utilização da energia elétrica no Brasil, das 18 às 21 horas. Nesse período do dia, são acionadas as lâmpadas da iluminação pública de milhares de municípios e coincidindo com o maior uso de equipamentos eletrodomésticos nas residências.

Com o horário de verão, há um deslocamento nos horários de consumo, pela mudança de hábitos na população e pelo atraso da entrada da iluminação das ruas no sistema. Além disso, com a luz natural, grande parte da população opta pelo lazer ao ar livre.

Seo Mirinho Manja e Ensina

Gás gerado na decomposição do lixo pode ser fonte alternativa de energia

Um dos maiores problemas ambientais da atualidade é a grande quantidade de lixo gerada pela população. Não seria bom se esses resíduos pudessem ser convertidos em algo útil para a sociedade como energia elétrica?

Ainda bem que essa pergunta já tem uma resposta positiva. Pesquisadores têm estudado formas de converter os subprodutos do processo de decomposição do lixo orgânico em combustíveis para termelétricas.

Ao ser destinado aos aterros sanitários, esse lixo sofre naturalmente um processo chamado de digestão anaeróbia

resultando em o gás carbônico (CO²) e o metano (CH⁴), este último um dos principais causadores do efeito estufa.

Como o gás tem alto poder de combustão, pode ser destinado para um sistema de geração de energia tanto por motores de combustão interna como por turbinas a vapor, nas quais a água é aquecida pela queima do gás até virar o vapor que impulsiona a turbina para a geração de energia.

Mas ainda os investimentos no segmento são bastante altos. Para se ter uma idéia, um estudo realizado no aterro da Caximba, em Curitiba mostrou que o valor necessário para a montagem

da usina, que geraria apenas 1MW (suficiente para abastecer 10 mil casas) seria de R\$ 3,7 milhões, com uma vida útil de 12 anos. Apenas a venda da energia elétrica não seria suficiente para quitar o investimento inicial.

No entanto, em um futuro próximo, é bem provável que a prática se torne além de uma boa alternativa para o meio ambiente, um investimento igualmente vantajoso e rentável. Por isso, pesquisas são sempre vindas.



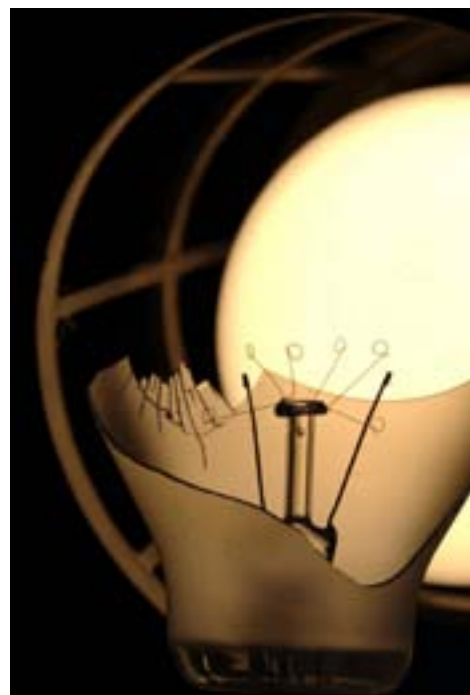
Lâmpadas incandescentes serão retiradas do mercado até 2016

As lâmpadas incandescentes comuns serão retiradas do mercado até 2016. Uma portaria dos ministérios de Minas e Energia, Ciência e Tecnologia e Indústria e Comércio, regulamentando a retirada, foi publicada no último dia 6 de janeiro no Diário Oficial da União.

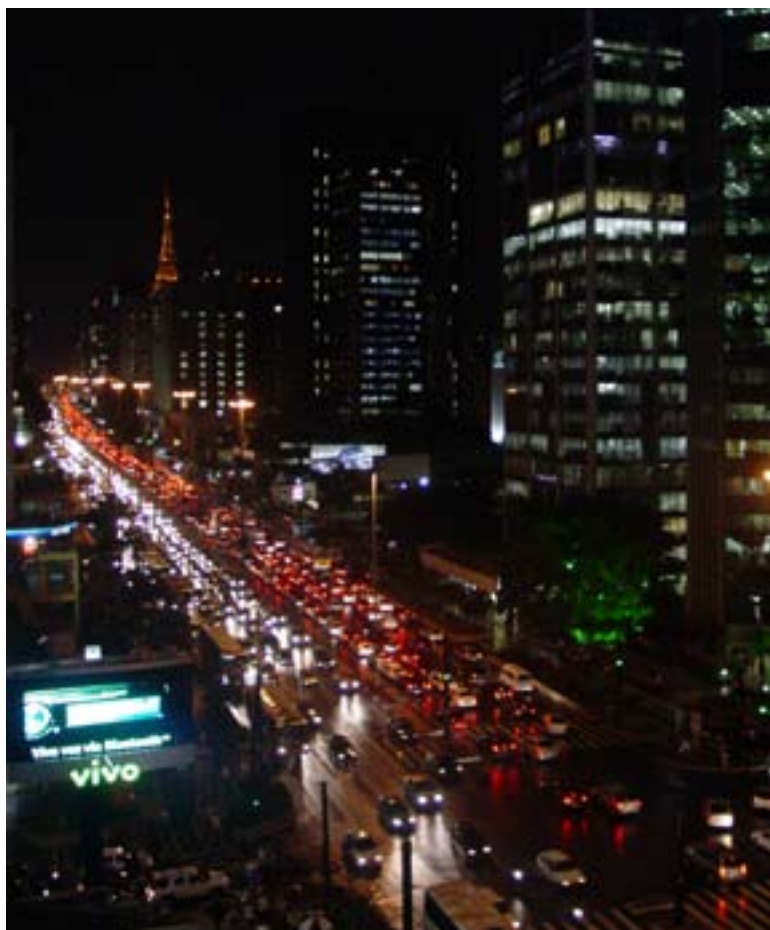
Fazem parte da regulamentação as lâmpadas incandescentes de uso geral, exceto as com potência igual ou inferior a 40 watts e as usadas para fins específicos, como em equipamentos hospitalares. O cronograma do governo prevê o banimento das lâmpadas no período que vai de 30 de junho de 2012 até 30 de junho de 2016.

A substituição só deixa de existir se no período surgir uma nova tecnologia que permita às lâmpadas incandescentes se tornarem mais eficientes.

Estima-se que esse tipo de lâmpada seja responsável por 80% da iluminação residencial no Brasil, que consome, anualmente, 300 milhões de lâmpadas incandescentes e 100 milhões de lâmpadas fluorescentes.



Avenida Paulista ganha sistema econômico de iluminação



No último dia 25 de janeiro, a prefeitura de São Paulo inaugurou a nova iluminação da Avenida Paulista. O projeto foi elaborado pelo Departamento de Iluminação Pública (Ilume) e a obra, iniciada no dia 1º de janeiro, está sendo executada pela concessionária AES Eletropaulo. O investimento é de R\$ 3,5 milhões e irá aumentar o nível de iluminação, com redução no consumo de energia.

Com postes mais modernos e design inovador, o projeto prevê a substituição de todos os 54 postes de concreto, por 39 estruturas de 20 metros de altura equipadas com projetores assimétricos e 15 postes de 12 metros de altura com mais quatro projetores. As novas lâmpadas serão de vapor metálico e a potência de cada projetor será de 315 W.

Além dos benefícios de economia de energia e aumento de luminosidade em 300%, a nova iluminação prevê melhoria no índice de reprodução das cores, facilidade na manutenção e segurança, pois, com os projetores assimétricos o fluxo luminoso será irradiado do leito carroçável até a calçada, suprimindo a atual deficiência luminosa.



Avenida com antiga iluminação, no detalhe a nova Paulista, mais iluminada e segura